

IV – o número do protocolo.

Parágrafo único. O protocolo de que trata o *caput* deste artigo poderá ser autenticado mediante assinatura digital gerada com certificação digital da Administração Tributária ou outro mecanismo de confirmação de recebimento.

CAPÍTULO VII  
DA CONSULTA AO BP-e

Art. 188. Após a concessão de Autorização de Uso de que trata o inciso II do *caput* do art. 171 deste Anexo, a Administração Tributária disponibilizará consulta relativa ao BP-e, por meio da informação da chave de acesso ou pela leitura do *QR Code*, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, a contar da data de autorização na página eletrônica.

CAPÍTULO VIII  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 189. O emitente deverá manter o BP-e em arquivo digital, sob sua guarda e responsabilidade, pelo prazo estabelecido na legislação tributária, mesmo que fora da empresa, devendo disponibilizá-lo à Administração Tributária quando solicitado.

Art. 190. No caso de um BP-e ser emitido com algum benefício de gratuidade ou redução de tarifa, instituído em lei federal para o transporte interestadual ou instituído em lei estadual para o transporte intermunicipal, será autorizado o BP-e somente com a correta identificação do passageiro.

Art. 191. Aplicam-se ao BP-e, no que couber, as normas do Convênio SINIEF 06/89, e demais disposições tributárias regentes relativas a cada modal.

Art. 192. Com o objetivo de preservar o bom desempenho do ambiente autorizador de BP-e, a Administração Tributária poderá suspender ou bloquear o acesso ao ambiente ao contribuinte que, mesmo que de maneira não intencional, utilizar tal ambiente em desacordo com os padrões estabelecidos no MOC.

§ 1º A suspensão e o bloqueio aplicam-se aos diversos serviços disponibilizados aos contribuintes, impossibilitando seu uso, conforme especificado no MOC.

§ 2º Na hipótese de suspensão, uma vez decorrido o prazo fixado, o acesso ao ambiente autorizador será restabelecido automaticamente.

§ 3º A aplicação reiterada de suspensões, conforme especificado no MOC, poderá determinar o bloqueio do acesso do contribuinte ao ambiente autorizador.

§ 4º O restabelecimento do acesso aos ambientes autorizadores ao contribuinte que tenha sofrido o bloqueio dependerá de liberação realizada pela Administração Tributária.” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 3 de agosto de 2021.

CARLOS MOISÉS DA SILVA  
Eron Giordani  
Paulo Eli

Cod. Mat.: 756329

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, resolve baixar os seguintes atos:

ATO nº 1664 / 2021  
**PRORROGAR**, de acordo com o Decreto nº 336/2019 e o Convênio de Cooperação Federativa nº 40/2017, celebrado entre a União e o Estado de SC, conforme processo nº SSP 2188/2021, os efeitos do Ato nº 1096, publicado em 15/07/20, que colocou à disposição do MJSP/SEGEN, IVANILDO ALVES PEREIRA, mat. nº 250.729-3-01, ocupante do cargo PAPILOSCOPISTA, lotado no IGP, pelo período de 365 dias, a contar de 29/09/2021.

ATO nº 1674 / 2021  
**FAZER CESSAR**, conforme processo nº SCC 13778/2021, a disposição para ALESC, do servidor RAFAEL ROCHA DAMIANI, mat. nº 378.636-6-01, do cargo TECNICO EM ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, lotado no IPREV, efetuada por intermédio do Ato nº 872, publicado em 29/03/19, a contar de 01/07/2021.

ATO nº 1691 / 2021  
**COLOCAR À DISPOSIÇÃO**, da FCEE, de acordo com o Decreto nº 336/2019, conforme processo nº FCEE 3416/2021, PATRICK BERNARD BASSO, mat. nº 394.197-3-02, ocupante do cargo de ANALISTA DE ESPORTE, lotado na FESPORTE, com ônus para órgão de destino, até 31/12/2022.

ATO nº 1688 / 2021  
**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, no uso de suas atribuições, com fundamento nos documentos contidos no processo PMSC 24630/2020: Parecer n. 287/2020 da Procuradoria-Geral do Estado e Informação n. 063/2021 da Consultoria Jurídica da Casa Civil, resolve CONHECER e, no mérito, NEGAR PROVIMENTO ao recurso de queixa, apresentado por AILSON JOSÉ PAULINO, matrícula n. 0916754-4-01, ocupante do cargo de Cabo, lotado na PMSC, e, com isso, MANTER a penalidade de Exclusão a Bem da Disciplina.

ATO nº 1692 / 2021  
**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, no uso de suas atribuições, e em razão do Decreto nº 1305 de 28/05/2021, que dispõe sobre a estrutura organizacional dos cargos em comissão, e conforme processos nº SES 80204/2021, resolve baixar os seguintes atos, no âmbito da SES, a contar de 01/06/2021:

\* **DISPENSAR**, de acordo com o art. 171, da Lei nº 6.745/85, as pessoas relacionadas abaixo:  
- KLAUSER MICHELS, matrícula nº 373193-6-01, da FG de GERENTE DE NORMATIZAÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS, nível FG-2  
- FRANCINE RENSCH SCHMITZ, matrícula nº 657-483-1-01, da FG de DIRETOR DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE, nível FG-2.

\* **DESIGNAR**, de acordo com o art. 39, da Lei nº 6.745/85, as pessoas relacionadas abaixo:  
- KLAUSER MICHELS, matrícula nº 373193-6-01, para exercer a FG de GERENTE DE GESTÃO DE PESSOAS, nível FG-2.  
- FRANCINE RENSCH SCHMITZ, matrícula nº 657-483-1-01, para exercer a FG de DIRETOR DA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE SANTA CATARINA, nível FG-2.

ATO nº 1694 / 2021  
DESIGNAR, de acordo com a Lei nº 16.945/2016 e conforme processo SST 2192/2020, as pessoas abaixo relacionadas, para comporem o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM/SC), para a gestão 2020-2022:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:  
SES:  
Titular: VALDETE DA SILVA SANT’ANNA  
Suplente: ADRIANA MARIA DA SILVA RUBINI

CARLOS MOISÉS DA SILVA  
Governador do Estado

JORGE EDUARDO TASCA  
Secretário de Estado da Administração

Cod. Mat.: 756364

Gabinete do Governador

Procuradoria-Geral do Estado

Extrato de Rescisão de Termo de Compromisso do Programa “ADIMPLÊNCIA GERAL - PAG”, da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO/SC, referente ao convênio celebrado com a UNISUL, conforme Decreto Estadual nº 1.756, de 26.09.2013. **Estagiário:** ARTUR CARDOSO DE SOUZA; CPF: 119.967.239-44; TC 027/2020; Data da Rescisão: 31/07/2021.

Cod. Mat.: 756029

Extrato de Rescisão de Termo de Compromisso do Programa “ADIMPLÊNCIA GERAL - PAG”, da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO/SC, referente ao convênio celebrado com a ESUCRI, conforme Decreto Estadual nº 1.756, de 26.09.2013. **Estagiária:** NATALIA DE O. BORBA; CPF: 083.805.069-79; TC 128/2019; Data da Rescisão: 31/07/2021.

Cod. Mat.: 756030

Extrato de Rescisão de Termo de Compromisso do Programa “ADIMPLÊNCIA GERAL - PAG”, da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO/SC, referente ao convênio celebrado com a UNISUL,

conforme Decreto Estadual nº 1.756, de 26.09.2013. **Estagiária:** ISABELLA Z. OLIVEIRA DE SOUZA; CPF: 101.502.549-89; TC 009/2021; Data da Rescisão: 29/07/2021.

Cod. Mat.: 756031

Extrato de Rescisão de Termo de Compromisso do Programa “ADIMPLÊNCIA GERAL - PAG”, da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO/SC, referente ao convênio celebrado com a UFSC, conforme Decreto Estadual nº 1.756, de 26.09.2013. **Estagiária:** MARIA EDUARDA SCHEIMANN; CPF: 098.389.789-14; TC 023/2021; Data da Rescisão: 01/08/2021.

Cod. Mat.: 756032

Extrato de Rescisão de Termo de Compromisso do Programa “ADIMPLÊNCIA GERAL - PAG”, da PROCURADORIA GERAL DO ESTADO/SC, referente ao convênio celebrado com a ESTÁ-CIO DE SÁ, conforme Decreto Estadual nº 1.756, de 26.09.2013. **Estagiária:** ELOUYSE ALVES DA SILVA; CPF: 083.569.949-85; TC 106/2020; Data da Rescisão: 02/08/2021.

Cod. Mat.: 756034

Defesa Civil

PORTARIA Nº 79 de 02/08/2021  
**O CHEFE DA DEFESA CIVIL**, de acordo com a Delegação de Competência conferida pelo artigo 106, parágrafo 2º, Inciso I e II, da Lei Complementar 741, de 12 de junho de 2019, resolve: **DESIGNAR** os Servidores, Daniel Souza Dutra, matrícula nº 378.848-2, Diretor de Gestão de Desastres e Ana Carolina Colombo, matrícula nº 606.163-0, Assessora Técnica, para constituírem **COMISSÃO PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONVÊNIO** Nº 2021TR000405-DC/2021, processo DC 2045/2020, com a finalidade de verificar a execução do objeto conveniado. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.  
**DAVID CHRISTIAN BUSARELLO**  
Chefe da Defesa Civil de Santa Catarina

PORTARIA Nº 80 de 02/08/2021  
**O CHEFE DA DEFESA CIVIL**, de acordo com a Delegação de Competência conferida pelo artigo 106, parágrafo 2º, Inciso I e II, da Lei Complementar 741, de 12 de junho de 2019, resolve: **DESIGNAR** os Servidores, Daniel Souza Dutra, matrícula nº 378.848-2, Diretor de Gestão de Desastres e Ana Carolina Colombo, matrícula nº 606.163-0, Assessora Técnica, para constituírem **COMISSÃO PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONVÊNIO** Nº 2021TR000769-DC/2021, processo DC 2030/2020, com a finalidade de verificar a execução do objeto conveniado. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.  
**DAVID CHRISTIAN BUSARELLO**  
Chefe da Defesa Civil de Santa Catarina

Cod. Mat.: 755940

**DEFESA CIVIL DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**EXTRATO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA E MULTA**  
O Chefe da Defesa Civil do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos autos do Processo **DC 515/2021** e em consonância com o art. 87, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93 e com os art. 109 e 110 do Decreto nº 2.617/2009, **RESOLVE** aplicar à empresa **ZOOM TECNOLOGIA LTDA**, CNPJ: **13.586.957/0001-03** a penalidade de **ADVERTÊNCIA** e **MULTA** no valor de R\$ 5.182,32 (cinco mil cento e oitenta e dois reais trinta e dois centavos), por descumprimento do Contrato nº 003/DC/2020, oriundo Pregão Eletrônico nº 063/DC/2019.

Cod. Mat.: 756078

Gabinete da Chefia do Executivo

DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito de Santa Catarina

PORTARIA N.º 0409/DETRAN/ASJUR/2021, de 02/08/2021.  
**O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SANTA CATARINA**, autorizado por sua Diretora, no uso de suas atribuições legais; **CONSIDERANDO** o processo eletrônico SGP-e DETRAN 176014/2019. **CONSIDERANDO** que a Administração Pública deve prezar pela eficiência, interesse público e a razoabilidade na prestação dos serviços públicos;